

Transgressões e Resistências da Professora Primária (1930)

Laura Maria Silva Araújo Alves¹  orcid
Guthemberg Felipe Martins Nery¹  orcid

¹Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. 66075-110 - ppged@ufpa.br



Resumo: O presente artigo analisa comportamentos transgressores praticados por uma jovem professora primária, protagonista do romance *Eram seis assinalados*, escrito pela literata paraense Lindanor Celina, que decide romper com os padrões convencionais da mulher na docência, vigente nos anos de 1930. Metodologicamente, a obra literária é entendida como fonte documental que tem no gênero romanesco a personificação de personagens femininas do mundo real. A obra romanesca em questão foi analisada com base em proposições teóricas que tratam dos temas relacionados à história da mulher e à docência feminina. As análises indicam que a professora primária rompe com padrões tradicionais da imagem da mulher recatada e apresenta comportamentos transgressores e de resistência aos padrões normativos impostos às mulheres na fictícia cidade do interior paraense na década de 30.

Palavras-chave: Mulher na docência; Professora primária; Lindanor Celina; Transgressão.

Transgressions and Resistance of the Primary School Teacher (1930)

Abstract: The present article analyzes the transgressive behaviors practiced by a young primary school teacher, the protagonist of the novel *Eram seis assinalados*, written by the Pará-born author Lindanor Celina. The character chooses to break away from the conventional standards of women in teaching that prevailed in the 1930s. Methodologically, the literary work is understood as a documentary source that, through the romantic genre, personifies female characters from the real world. The novel in question was analyzed based on theoretical propositions addressing themes related to the history of women and female teaching. The analysis indicates that the primary teacher ruptures with traditional patterns of the demure woman, presenting behaviors of transgression and resistance against the normative standards imposed on women in the fictional interior city of Pará during the 1930s.

Keywords: Women in teaching; Primary school teacher; Lindanor Celina; Transgression.

Transgresiones y Resistencias de la Profesora Primaria (1930)

Resumen: El presente artículo analiza comportamientos transgresores practicados por una joven maestra de primaria, protagonista de la novela *Eram seis assinalados*, escrita por la literata paraense Lindanor Celina, quien decide romper con los patrones convencionales de la mujer en la docencia, vigentes en la década de 1930. Metodológicamente, la obra literaria es entendida como una fuente documental que posee, en el género novelesco, la personificación de personajes femeninos del mundo real. La obra en cuestión fue analizada con base en proposiciones teóricas que abordan temas relacionados con la historia de la mujer y la docencia femenina. Los análisis indican que la maestra de primaria rompe con los patrones tradicionales de la imagen de la mujer recatada y presenta comportamientos transgresores y de resistencia a los estándares normativos impuestos a las mujeres en la ficticia ciudad del interior paraense en los años 30.

Palabras clave: Mujer en la docencia; Maestra de primaria; Lindanor Celina; Transgresión.

Palavras iniciais

A literatura contém narrativas ficcionais que funcionam como “registros” para a compreensão da realidade de outra época. Esses registros, nascidos do processo de recriação do real, quando abordados como documentos em uma pesquisa histórica, fornecem pistas para a compreensão do passado. De acordo com Laura Alves e Sônia Araújo (2011), a produção literária, enquanto prática simbólica, está repleta de representações da vida. Para as autoras, os escritores ficionam e re(a)presentam a realidade de um dado período conforme suas perspectivas, crenças e valores, pois

[a] literatura, entendida como prática simbólica, configura-se como a formulação de uma outra realidade que, embora tenha como referência constante o real no qual o autor e o leitor se inserem, guarda com a vida vivida uma relação não de transparência, mas de reconstrução. O autor-escritor, no momento de produção do texto (romance e contos), traz para a escrita a sua compreensão do real, bem como o projeto da realidade pretendida. Ele re(a)presenta a realidade, tendo a linguagem literária como signo (Alves; Araújo, 2011, p. 72-73).

Ao refletir sobre as colocações apresentadas, enfatiza-se a singularidade da literatura em registrar o ser humano em sua historicidade, anseios e interpretações de mundo. Um exemplo emblemático desse registro encontra-se no romance *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queiroz (1998). Ambientada em Leiria, Portugal, no século XIX, a obra narra a relação íntima e secreta entre o protagonista, Padre Amaro Vieira, e a jovem Amélia. Desse romance proibido, Amélia engravida e, influenciada por Amaro, decide entregar o bebê a uma ama; todavia, a criança morre, o que leva Amélia ao desespero e ao óbito pouco tempo depois. Amaro, por sua vez, não enfrenta punições significativas, sendo apenas transferido para outra paróquia. O desfecho ilustra a crítica de Queiroz às instituições religiosas e à sociedade da época, que frequentemente camuflavam as hipocrisias de seus líderes.

Em *Eram seis assinalados*, de Lindanor Celina (1994), acompanha-se uma trama similar. A narrativa gira em torno de seis personagens que contracenam e partilham um drama comum: a “queda” de Irene, jovem professora que, após a descoberta de seu relacionamento amoroso com o Padre Enzo, perde o prestígio social e o cargo no magistério primário em uma pequena cidade do interior paraense. Assim, o objetivo deste artigo é analisar os comportamentos transgressores e subversivos praticados por uma docente nos anos 1930. Para explorar tal objeto, partimos dos seguintes questionamentos: quais motivos conduziram a personagem à profissão docente? Como ocorreram suas atitudes transgressoras? Quais consequências derivaram de sua subversão? E, por fim, de que maneira a professora buscou retomar o emprego e o prestígio perdido?

Para fundamentar nossas posições em relação à história da mulher e da docência feminina, apoiamo-nos, especialmente, nos postulados fornecidos por Jane Almeida (2007), Margareth Rago (1985), Guacira Louro (2002), Nísia Floresta (1989), Jaqueline Modelski e Salete Santos (2015), Humberto Grande (1967), Elódia Xavier (2007), Mary Del Priore (2011), e outros.

Além das considerações iniciais, estruturamos o texto em quatro partes. Na primeira, procuramos elucidar o ingresso e a atuação de Irene no magistério primário. Em seguida, analisamos os comportamentos subversivos da docente, abordando seu relacionamento amoroso proibido e as consequências da transgressão. Na terceira parte, buscamos desvelar as formas de resistência e a tentativa de retomada do prestígio da protagonista. Por fim, apresentamos as considerações finais, destacando as principais descobertas advindas deste estudo.

O ingresso no magistério e a atuação da professora primária

Lindanor Celina Coelho de Miranda, conhecida artisticamente como Lindanor Celina, nasceu em 1917 no município de Castanhal (PA), mas mudou-se ainda criança para a cidade de Bragança (PA). Ao longo de sua trajetória, atuou como professora, jornalista, teatróloga e funcionária do Tribunal de Justiça. Gradualmente, descobriu-se escritora, e o conjunto de sua produção literária inclui poesias, crônicas e romances. Faleceu em 04 de março de 2003, aos 86 anos de idade.

O romance *Eram seis assinalados*, objeto de nossa atenção e análise, publicado em 1984 pela Editora Cejup, é o livro que encerra o que chamamos de trilogia de Irene.¹ O prefácio da obra foi escrito pelo crítico literário Fábio Lucas, que assevera, logo no início de seu texto de apresentação, o que a escritora reflete em sua obra: “o conflitivo ambiente de seu Estado natal, o Pará” (Lucas, 1994, p. 7). O romance é composto por uma narrativa de 235 páginas, escritas de forma ininterrupta, ou seja, Celina optou por não utilizar a divisão tradicional da obra em capítulos. Assim, ela instiga o leitor a praticar a leitura da prosa romanesca de uma só vez, ansioso para descobrir o que a narrativa revela em suas páginas.

¹ A trilogia de Irene é composta pelos romances *Menina que vem de Itaiara* (Celina, 1963), *Estradas do tempo-foi* (Celina, 1971) e *Eram seis assinalados* (Celina, 1994) (CELINA, Lindanor. *Menina que vem de Itaiara*. Belém: Cejup, 1963; CELINA, Lindanor. *Estradas do tempo-foi*. Rio de Janeiro: JCM Editores, 1971).

O contexto histórico da narrativa – conforme se presume a partir de elementos implícitos e explícitos na obra – situa-se aproximadamente na década de 1930. Quanto ao cenário, Celina escolhe a cidade de Itaiara, localizada no nordeste paraense, para tornar-se o palco onde os personagens se movimentam e desenvolvem suas ações. Embora Itaiara seja um lugar fictício, os espaços descritos compõem uma geografia inspirada na cidade de Bragança, local onde a escritora viveu e que tanto amou.

Em síntese, a narrativa apresenta a protagonista Irene em sua estreia no mundo adulto, com os desejos, emoções e desilusões inerentes a essa fase. A obra descreve seu regresso como professora normalista à cidade natal, após cinco anos de estudos no Colégio Santo Amaro, renomado educandário de freiras na capital. Esse retorno é marcado por orgulho e admiração da comunidade, fruto das honrarias e do excelente desempenho acadêmico de Irene. Contudo, no auge de seu prestígio, o destino impõe-lhe um revés: ao engajar-se nas atividades paroquiais, ela inicia um romance com o Padre Enzo. Com a descoberta da transgressão, a trajetória de Irene sofre uma ruptura drástica, que resulta na perda do emprego, do convívio social e, fundamentalmente, do respeito de seus antigos admiradores.

Neste trabalho, toma-se como fio condutor a análise das transgressões e resistências da professora primária Irene, a fim de compreender como esses aspectos afetaram sua vida e atuação profissional. Contudo, antes de adentrarmos nesse debate, discutiremos a preparação e o ingresso da protagonista no magistério. A trajetória de Irene rumo à docência inicia-se quando, próxima de concluir o curso primário, ela passa a nutrir a expectativa de deixar Itaiara para conhecer novos ambientes, conquistar um emprego e prosseguir com seus estudos fora daquele pacato lugar. No trecho a seguir, extraído da obra *Menina que vem de Itaiara*, a narradora-protagonista revela seu desejo íntimo: “Sim, queria ir me embora, naquela terra não acontecia nada” (Celina, 1996, p. 170).

Vale mencionar que, em termos de níveis de ensino, a pequena cidade do interior paraense dispunha apenas de instituições que ofereciam o ensino primário. Tal limitação restringia a ascensão social dos moradores, que cresciam “burros, sem um verniz, a não serem as fracas tintas que lhes emprestavam as professoras do grupo” (Celina, 1996, p. 152). Nesse contexto, Dona Adélia, mãe de Irene, comenta com indignação que sua filha, por ter concluído meramente a alfabetização básica, era considerada “uma analfabeta que um triste curso primário possui” (Celina, 1994, p. 71).

Tendo em vista a evidente limitação do ensino básico na pequena cidade, algumas famílias investiam no envio de suas filhas para centros maiores, buscando oportunidades de “estudar, aprender, ser gente” (Celina, 1996, p. 169). Assim, o pai de Irene, Seu Geraldo, passou a idealizar a ida da filha para Belém, a fim de que ela prosseguisse os estudos em um colégio interno da capital paraense. O objetivo era que a jovem recebesse a instrução adequada para se tornar uma mulher recatada e de moral inatacável, além de conquistar o diploma de professora normalista para ingressar no mercado de trabalho. A esse respeito, Almeida (2007, p. 118) argumenta que:

As escolas normais representavam, no período, a oportunidade de prosseguimento da educação básica para as meninas e a profissionalização das jovens de poucos recursos. Conforme idealizava o imaginário da época, o magistério revestia-se de um caráter de domesticidade e consolidava a expectativa do prolongamento das funções exercidas no lar.

Conforme a voz narrativa de Irene, seu pai “só pensava em nosso futuro, em me fazer gente, me mandar para um colégio” (Celina, 1996, p. 197). Em outra passagem, a protagonista reforça esse argumento ao reproduzir o desejo paterno: “um dia me mandar para o colégio, me instruir. Importante era eu me formar, arranjar um lugar de professora e me manter, ajudar a educar minhas irmãs, pois ele, a esse tempo, estaria velho, cansado daquela vida de Estrada de ferro, filho homem não tinha, comigo é que contava” (Celina, 1996, p. 124). Nos excertos literários acima, nota-se a intenção de Celina em indicar que, nas décadas iniciais do século XX, as instituições normalistas preparavam a mulher para uma vida financeiramente independente. O diploma do Curso Normal representava para as mulheres – sobretudo as de poucos recursos – a obtenção de conhecimento, o preparo para o lar e uma profissão digna que lhes permitisse sustentar a si e aos seus familiares.

Outro ponto a considerar é o fato de o romance de Celina indicar que a escolha do magistério, muitas vezes, não decorria de uma decisão do sujeito feminino, mas sim de fatores ligados ao contexto familiar, sobretudo ao anseio paterno. Irene, por exemplo, não tinha como objetivo inicial tornar-se professora, visto que, em diversas passagens da obra, revela sua inclinação musical. Contudo, apesar de implorar ao pai para desenvolver esse dom, ele a proibia de cogitar tal possibilidade, insistindo que sua vocação deveria ser a docência. Diante disso, a protagonista afirma: “falou tão sério, meu pai, tão sentido, grave e consciente que, apesar da minha pouca idade, de meu grande, imenso desejo, me abalou. Sepultei entre suspiros e algumas ocultas lágrimas a aspiração de tocar, cantar, aprender música” (Celina, 1996, p. 124).

Seu Geraldo, confiante de que o futuro da família dependia da educação da filha, consegue um desconto na mensalidade do Colégio Santo Amaro, instituição religiosa localizada em Belém. Este estabelecimento particular de ensino, apesar de exigir um elevado investimento financeiro, recebia inúmeras jovens de diferentes idades, sobretudo oriundas de famílias abastadas. Talvez este fosse o motivo de Seu Geraldo conduzir Irene ao Santo Amaro, pois, conforme observa Nísia Floresta (1989, p. 88), a maioria dos pais avaliava a “excelência do estabelecimento onde manda educar suas filhas pelo grande número de alunas que contém”.

No educandário feminino comandado por freiras, Irene ingressa como interna para completar sua educação e concluir o curso de formação de professora. Ali, a menina permaneceu por cinco anos, aprendendo e incorporando o “jeito de ser professora”, isto é, um conjunto de práticas e rituais necessários ao magistério primário e que envolviam um “modo adequado de se comportar, de falar, de escrever, de formas apropriadas de caminhar e sentar” (Louro, 2002, p. 461).

Ao concluir o Curso Normal como a primeira de sua turma, Irene conquistou diversas premiações e figurou no quadro de honra da escola, conseguindo, assim, elevar “o nome de Itaiara perante as filhas dos ricos do Marajó” (Celina, 1994, p. 58). Dessa forma, seu retorno a Itaiara tornou-se motivo de admiração por todos na pequena cidade, como se observa no trecho a seguir, que traz a voz de Dona Adélia ao confessar que esse foi um dos dias mais importantes de sua vida:

[...] Filha. Estudaste, brilhaste, foste a primeira desta terrinha, sim que foste, o antigo prefeito me encontrou na rua, Doutor Leitão, véspera da tua chegada do Santo Amaro, notícia da tua vitória espalhada por essas travessas, encontrou-me, parece que foi ontem, três anos fazem, um dos dias mais venturosos da minha vida “Parabéns, madame” – que ele falou – pelo sucesso de sua ilustre menina, Itaiara se orgulha de possuir uma filha assim” (Celina, 1994, p. 34).

Graças ao desempenho acadêmico e às qualidades docentes de Irene, o prefeito, visando visibilidade política e angariamento de votos, convidou-a para assumir um cargo de professora no grupo escolar da cidade. Segundo ele próprio, “pelos prêmios e o primeiro lugar durante o curso, o posto era dela” (Celina, 1994, p. 207). Nesse trecho, percebe-se a influência política do Dr. Leitão na ocupação de vagas dentro do sistema educacional, motivada pelo prestígio que Irene levou à cidade e pela necessidade do gestor em consolidar sua rede de apoios. Tal dinâmica ilustra o que Louro (2002, p. 460) descreve como a manutenção de uma hierarquia de gênero, em que o discurso legitimava a presença feminina na execução direta do ensino, enquanto os homens detinham o controle e a direção do sistema educacional.

Irene foi nomeada mediante indicação política para assumir uma cadeira no grupo escolar local. Para a satisfação da família, a jovem professora conseguiu “achar um trabalho, ela ainda mal fez 18 anos, ainda há de ser gente” (Celina, 1994, p. 159). O prestígio de sua atuação é reforçado por Dona Adélia, que destaca o entusiasmo da escola com sua chegada: “Só de ti falava, para ensinar Francês, Português” (Celina, 1994, p. 139). A mãe da protagonista ainda atesta sua competência pedagógica ao afirmar que a filha “era (e é) boa professora, as mães dos alunos aí estão para quem quiser ouvir” (Celina, 1994, p. 160).

É importante frisar que, em sua prática docente, Irene é comumente descrita como uma professora que exercia o magistério com amor, docilidade, competência e devoção – atributos que espelhavam sua conduta no espaço doméstico e familiar. Afinal, como discorre Louro (2002, p. 453), as jovens normalistas estavam “cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade”. No entanto, à medida que a narrativa avança, esse verniz de proteção esmaece e as transgressões da jovem professora são, gradualmente, desveladas.

Entre desejos e transgressões da professora primária

As transgressões cometidas pela professora Irene não ocorreram no interior do espaço escolar, mas fora dele. De maneira irônica, as atitudes subversivas da protagonista tiveram início justamente quando ela passou a engajar-se nas atividades promovidas pela Igreja Católica de Itaiara. No decorrer do romance de Celina, percebe-se como o sagrado recinto da capela paroquial foi convertido em palco para galanteios, marcações de encontros e promessas de matrimônio entre a professora primária e o padre local.

Nessa mesma linha de pensamento, Del Priore (2011), em sua obra *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*, revela diversos casos de romances proibidos que brotavam no santificado recanto das igrejas desde o período colonial. De acordo com a autora, a costureira reclusão das donzelas e a permanente vigilância sobre seus passos tornavam o ambiente religioso – muitas vezes mal iluminado – um dos raros espaços para conversas amorosas e jogos eróticos. Afirmar a autora:

Tanto controle transformava as cerimônias religiosas (uma das únicas ocasiões em que os jovens podiam concentrar-se sem despertar suspeitas e repressões dos pais ou confessores) em palco privilegiado para o namoro. Não foram poucos os amores que começaram num dia de festa do padroeiro ou de procissão, havendo até os que esperam a Quinta-feira Santa e o momento em que se apagavam as velas, dentro da Igreja, em respeito à Paixão de Cristo, aproximavam-se um do outro. E, no escurinho, choviam beliscões, pisadelas e gestos eróticos (Del Priore, 2011, p. 48-49).

Feita essa digressão histórica, é possível atestar, por meio do romance de Celina, que na década de 1930 o espaço da igreja ainda se convertia, em certas circunstâncias, em ambiente de perdição. O episódio da transgressão de Irene inicia-se quando ela aceita o convite do Bispo Amândio para realizar atividades na paróquia. O prelado descreve os compromissos assumidos pela jovem professora, como “as pastorinhas. Os piqueniques. O coral. As excursões de lancha ao Picanço. [...] E tu sempre disponível, jamais cansada” (Celina, 1994, p. 120).

À medida que Irene se envolvia intensamente na paróquia, surgiam vozes que a alertavam sobre o perigo: “Não deixes Irene se acamaradar com a gente da igreja, afasta-a depressa de lá, como se fosse da peste!” (Celina, 1994, p. 36). Contudo, ignorando as advertências, a professora mergulhava cada vez mais no ambiente religioso, uma “dedicação cega à paróquia” (Celina, 1994, p. 82).

Vale destacar que, em Itaiara, Irene não era a única jovem envolvida com as atividades paroquiais. Frequentar o espaço religioso era considerado um comportamento virtuoso, pois reforçava a imagem da mulher pura, recatada e obediente às normas vigentes. Em consonância com esse entendimento, Modelski e Santos (2015, p. 184) explicam que, nos decênios iniciais do séc. XX, a religiosidade no cenário brasileiro “era um preceito básico para moças de boa índole; então, ser religiosa significava ter valor e indicava que ‘as mesmas’ (sic) encontravam-se aptas ao casamento e à constituição de uma família”.

Desse modo, Irene foi também incumbida pela Igreja de assumir a nobre tarefa de alfabetizar as crianças pobres de Itaiara que não tinham condições de frequentar o espaço de educação formal. Assim, a professora deu início ao trabalho de ministrar aulas em uma pequena e improvisada escola administrada pela paróquia. Mesmo diante do cenário de extrema pobreza, Irene procurava transmitir tanto o ensino das primeiras letras quanto os preceitos católicos ao público infantil carente. Sobre a atuação da docente, o Bispo Amândio descreve o momento em que a recrutou para esse trabalho em nome da instituição:

Revejo a tarde, aquela, verão, o dia quente, ouço o freio das rodas de tua bicicleta à porta do colégio, saltaste feito uma menina [...] uma coisa amável, louvação à tua pontualidade, um trabalho se projetava, e nos reuniríamos para discutir detalhes. Tu, que havias estado a manhã inteira no grupo, mal terias tido um tempo para o almoço e lá vinhas, à hora tórrida, toda rosada (Celina, 1994, p. 119).

Embora o Bispo Amândio represente a autoridade religiosa, sua narrativa revela contradições. Ao longo do texto, o eclesiástico tece críticas à estrutura da Igreja Católica, aos seus dogmas e à forma como a instituição consome seus fiéis, confessando à Irene: “Que seria lástima ver uma menina como tu ir mastigando os melhores anos da vida num cotidiano estagnante” (Celina, 1994, p. 121). Na obra de Celina, cruzam-se diferentes perspectivas religiosas e filosóficas; exemplo disso é Seu Geraldo, membro da Maçonaria local, que adverte a filha sobre o risco de priorizar as atividades paroquiais em detrimento de suas responsabilidades no ensino primário: “filha, não te descuides dos teus alunos, do grupo, a tua primeira obrigação, olha, olha” (Celina, 1994, p. 83).

Contrariando as advertências, Irene intensifica sua participação nas atividades paroquiais, momento em que surge a amizade com o Padre Enzo. O religioso é apresentado como um estrangeiro italiano, culto e de estampa atraente, sendo descrito como alguém “cobiçado por tantas, belo homem, aquela estampa, as boas cores, o cabelo ruivo” (Celina, 1994, p. 118). Contudo, após o convívio com a professora, o pároco – detentor de uma reputação até então inatacável – não consegue sufocar o sentimento que nutre por ela, e transita de súplicas cavalheirescas a propostas audaciosas: “Vai, lá não tem ninguém, vai me espera, caladinha, te fecha por dentro, caladinha, que eu vou atrás” (Celina, 1994, p. 14). Como se percebe, Celina apresenta uma narrativa que desmistifica a infalibilidade clerical, humanizando os sacerdotes como homens de “carne e osso”.

É importante esclarecer que o caso amoroso de Irene com Padre Enzo não é a única narrativa de Celina que versa sobre a hipocrisia e a corrupção nas instituições religiosas. Em *Eram seis assinalados* (Celina, 1994), a escritora apresenta também o relacionamento entre o Padre Arlindo e Dona Pureza. Esta, uma viúva respeitada na cidade, contraria o próprio nome ao revelar-se uma mulher que manteve relações afetivo-sexuais clandestinas com o clérigo por anos, sem despertar suspeitas. O segredo apenas vem à tona no leito de morte de Pureza, quando ela confessa à melhor amiga, clamando: “que Deus tenha piedade da minha alma,

enganei vocês esses anos todos [...] Antes fosse prostituta, tivesse sido rapariga de porta aberta, da mais ratuína, eu teria um perdão" (Celina, 1994, p. 49).

Por fim, o diálogo encerra-se com Dona Pureza explicando os métodos que utilizava para evitar uma gravidez do padre: "eu com ele, para não pegar filho... pois é... pelo outro lado... assim, contra a natureza" (Celina, 1994, p. 50). O tom de desaprovação em sua fala – que encara o ato como uma mancha indelével à sua honra – decorre tanto do envolvimento com um religioso quanto pelo dilema moral da época, que condenava práticas sexuais não voltadas à procriação como atos "pecaminosos" e desviantes. Afinal,

o sexo readmitido era restrito exclusivamente à procriação. Donde a determinação de posições "certas" durante as relações sexuais. Era proibido evitar filhos, gozando fora do "vaso". Era obrigatório usar o "vaso natural" e não o traseiro. Era proibido à mulher colocar-se por cima do homem, contrariando as leis da natureza. Afinal, só os homens comandavam. Ou colocar-se de costas, comparando-se às feras e animalizando um ato que deveria ser sagrado. Certas posições, vistas como "sujas e feias" constituíam pecado venial, fazendo com que "os que usam de tal mereçam grande repreensão, por serem piores do que brutos animais, que tal ato guardam seu modo natural", dizia a Igreja (Del Priore, 2011, p. 43).

Assim como Dona Pureza, a professora Irene decide atentar contra a "moral e os bons costumes" ao transpor o domínio do desejo. Seduzida por declarações apaixonadas, deixou-se levar pelas tentações e passou a adotar atitudes ousadas e subversivas, como a troca de bilhetes e carícias afetivas com o galante padre, estabelecendo um relacionamento fora dos padrões tradicionais. No entanto, ela jurava que, apesar dos encontros a sós com Enzo – muitos deles ocorridos após o expediente no grupo escolar ou na sacristia da igreja –, sua integridade física permanecia intacta: "com ele não me deitei em cantíssimo nenhum" (Celina, 1994, p. 135). Irene agia sob a consciência de que o sexo deveria estar restrito ao matrimônio, legitimado pela lei e assegurado por Deus.

Conforme observam Modelski e Santos (2015, p. 189), a reputação feminina era uma preocupação latente para as jovens da época, pois a honra de uma moça "deveria ser mantida intacta para que realizasse um bom casamento e fosse feliz. Ser 'falada', principalmente em uma cidade do interior, significava eliminar qualquer esperança de alcançar uma vida tranquila e bem-sucedida em relação ao matrimônio". Mesmo consciente do perigo iminente de sua transgressão, a jovem docente – como sujeito de suas ações – parecia não se preocupar com os juízos de valor emitidos sobre seu relacionamento proibido, decidindo manter uma conduta contrária à pudicícia da época.

Quando a relação de ambos é revelada, a vida da professora sofre uma reviravolta. Padre Enzo deixa a cidade com o intuito de encontrá-la em Belém, mas o plano é descoberto e Irene decide permanecer em Itaiara. A partir desse momento, inicia-se o drama da personagem: em nome da "moral e dos bons costumes", ela é condenada por ter cometido a transgressão de envolver-se em uma relação amorosa antes do casamento e, sobretudo, com uma figura religiosa. Afinal, pairava no imaginário social da época a ideia de que "a mulher que nega o seu sexo, trai o seu destino e se desvia de sua natureza, somente pode ser infeliz e muito desgraçada" (Grande, 1967, p. 79).

Desse modo, com a repercussão do escândalo, levantam-se vozes entre os moradores da cidade para reprovar as atitudes da jovem professora. Muitas dessas vozes, inclusive, defendiam que Irene fora a única responsável pelo desvirtuamento do sacerdote; para a comunidade, ela – vista como mulher "desviante" e pecadora – o teria conduzido à corrupção do caráter, do corpo e ao abandono da batina. Tal percepção fundamentava-se no imaginário descrito por Del Priore (2011, p. 29), segundo o qual "a mulher – velha amiga da serpente e do Diabo – era considerada, nesses tempos, um veículo de perdição da saúde e da alma dos homens".

Outras vozes da cidade emitiam juízos cruéis, afirmando que a professora não apenas perdera a virgindade com o padre, como também engravidara e fora compelida ao sacrilégio do aborto. Sobre tal suspeita, comentavam os moradores: "A boneca da cidade. A boneca da cidade está prenha? Abortou? É o que se ouve pelas beiras desses igarapés. Parece um filme horrível, um mau cinema que inventaram, à falta de outro" (Celina, 1994, p. 26). Infere-se que, no contexto histórico em que a ficção de Celina se situa, a virgindade pré-nupcial era o símbolo máximo de pureza moral, enquanto o aborto representava a subversão absoluta, por interromper o processo sagrado da procriação.

O preço pago pela transgressão foi alto. Subitamente, Irene, que outrora gozava de prestígio e cultivava amizades entre os moradores, passou a ser condenada e evitada pela sociedade itaiarense, enfrentando o "desprezo de toda a população, as gentes lhe fechando as portas" (Celina, 1994, p. 44). Tida como uma mulher vil, a docente tornou-se alvo de preconceito e discriminação, sendo atingida por comentários sobre ações que sequer cometera: "Irene hoje é que nem nós, anel no dedo, mas pior que nós: quenga de padre" (Celina, 1994, p. 57). Além disso, surgiram apelidos que associavam sua imagem a figuras do imaginário folclórico:

“com tanto rapaz de juízo querendo namorá-la, havia de se engraçar de um padre. Mula sem cabeça” (Celina, 1994, p. 201).

A perda do prestígio e emprego no magistério primário

No romance *Eram seis assinalados* (Celina, 1994), a transgressão protagonizada pela professora é levada às últimas consequências. Com o escândalo de seu relacionamento com o padre, Irene é penalizada com a exclusão das atividades da Igreja Católica, sendo impedida de alfabetizar as crianças pobres da cidade e, tampouco, de transmitir-lhes os ensinamentos do catecismo. Nesse compasso, percebe-se como Celina utiliza a ficção para tecer críticas à Igreja como instituição, bem como ao tratamento conferido às personagens femininas que se desviam da lógica e da moral cristã.

Além disso, a professora sofre a perda de suas amizades, que se retiraram de sua convivência: “uma a uma, quando ela era professora, [a] casa vivia cheia, voltava do grupo de tardezinha com um bando, espalhavam-se aí pelo alpendre” (Celina, 1994, p. 36). Para Dona Adélia, a filha estava moralmente arruinada; as mulheres respeitáveis da cidade evitavam cruzar seu caminho, pois “somem atrás das portas para não lhe darem as horas” (Celina, 1994, p. 59), recusando qualquer contato com a “professorinha” que havia caído em desgraça.

Curiosamente, apenas o núcleo de mulheres mais pobres da cidade parecia não desprezar a companhia da professora. Uma delas era Dona Maroca, mulher humilde, tacacazeira de ofício e sem instrução formal, que, em certa ocasião, gentilmente lhe ofereceu a iguaria: “Oxente, professorinha, não fala mais com os pobres? Ande, venha, sente, se abanque, o que a professora manda? Um bem quentinho com bastante tucupi, um ar de goma e um camarão grandão, e sem folhagem – como a professora chama o nosso jambu” (Celina, 1994, p. 132). Alheia aos boatos inventados a respeito de Irene, Dona Maroca demonstra seu afeto pela professora ao dizer:

Sente, se abanque, aceite esta prenda só que eu tenho para lhe dar, a professorinha desemburrou o meu pirralho quando eu um centavo não possuía para lhe comprar a farda e por isso ele frequentar o grupo não podia, senhora achou momento para ensinar a cartilha àquele meu comedor de casca de tão esquecido que é, e quando lápis e caderno deram para ele – isso se paga? (Celina, 1994, p. 133).

Como se observa no excerto acima, Dona Maroca expressa gratidão e apreço pela professora, enfatizando o impacto positivo de sua prática no desenvolvimento educacional e pessoal de seu filho. Ela reconhecia a dedicação de Irene em prover conhecimento e orientação, ressaltando não apenas seu papel como educadora, mas também sua sensibilidade diante da escassez de recursos para garantir o acesso e a qualidade do ensino aos alunos pobres de Itaiara. Essa percepção de Dona Maroca remete ao que Louro (2002, p. 465) denomina “mães espirituais”: docentes que atuavam no magistério primário de maneira amorosa e maternal para guiar, cuidar e educar seus alunos.

Outro aspecto relevante a este debate é a perda da cadeira de Irene como professora primária no grupo escolar da cidade. No período histórico em questão, quando um docente cometia desvios de conduta moral – independentemente do sexo –, perdia não apenas o prestígio, mas também o cargo. Embora as ações de Irene tenham ocorrido fora do âmbito escolar, isso não impediu sua demissão, pois prevalecia a ideia de que “o sexualismo, a exacerbação de sexualidade, o erotismo, a volúpia do puro prazer sexual constituem a miséria do sexo e perturbam enormemente o trabalho” (Grande, 1967, p. 21).

De acordo com a legislação do ensino primário paraense da década de 1930, os professores acusados de cometerem atos contraventores às normativas vigentes deveriam, primeiramente, responder a um processo disciplinar; uma vez comprovadas as transgressões, caberia ao diretor do grupo escolar aplicar a remoção como pena. Contrariando o que previa a lei, a voz de Dona Adélia, ao ser questionada sobre a demissão de Irene, revela o oposto do preconizado pela legislação:

Não houve processo algum. O prefeito, que vive tocando hora para ser péssimo, nem disso precisou. Amedrontou-a, apresentaram-lhes o papel, ele mancomunado com a diretora que nunca perdoou à Irene os títulos e prêmios que jamais conseguiu, armaram-lhe os dois a trampa e a tola caiu no laço. Processo nada, está limpa, não é nenhuma fichada, alto lá (Celina, 1994, p. 224).

O discurso acima indica a coerção exercida por figuras políticas locais sobre os profissionais do ensino público na fictícia Itaiara. Além disso, enfatiza como promoções e remoções estavam vinculadas às decisões do mandatário local: Dr. Leitão, que possuía forte influência sobre o sistema educacional, o qual não apenas admitira Irene no grupo escolar por reconhecer suas qualidades, como também a exonerou sumariamente devido ao escândalo moral. A exclusão ocorreu sem qualquer processo legal e “sem um protesto, como se criminosa fosse” (Celina, 1994, p. 94).

Seu Geraldo, pai de Irene, era filiado a um partido de oposição ao do prefeito e escrevia artigos em um jornal local com duras críticas à gestão do mandatário. Por esse motivo, Irene acreditava que não fora “posta fora do ensino público por nenhum princípio de moral, e sim porque papai é da oposição” (Celina, 1994, p. 148). Nessas linhas, somadas ao que foi exposto, infere-se que Celina utiliza o romance para denunciar como a educação era instrumentalizada como ferramenta de aliança e de lógica clientelista.

Nesse sentido, as personagens de Celina revelam que Dr. Leitão nomeava para cargos no ensino primário membros de partidos aliados ou grupos de apoio, o que garantia estabilidade política e influência. Isso torna-se evidente quando Dona Adélia afirma que, apesar das desavenças do mandatário com sua família, o sucesso repentino de Irene o obrigou a escolhê-la para o grupo, embora ele pudesse “ter escolhido uma filha de correligionários seus, da sua panela” (Celina, 1994, p. 207). Contudo, aqueles que se opunham ao poder hegemônico local, como a família de Irene, sofriam as consequências. Como a própria protagonista afirma: “assim que estourou o escândalo, pressenti pronto para descarregar em mim o ódio contra seu Geraldo, velha hostilidade política” (Celina, 1994, p. 148).

No contexto da obra, Dr. Leitão assume o papel de antagonista. Não satisfeito em retirar o emprego de Irene, tentou ainda reter dois meses de seus vencimentos, impondo como condição que a professora fosse buscar o dinheiro pessoalmente, “sob pena de os dois meses de vencimento caírem em exercícios findos” (Celina, 1994, p. 161). Esse aspecto, quando analisado com mais detalhes, remete ao que Rago (1985, p. 67) identificou como uma “relação pedagógica paternalista”: uma relação de poder desigual no ambiente profissional, fundamentada na subordinação legitimada da mulher ao homem, tal como ocorria no espaço doméstico.

Em convergência com a “relação pedagógica paternalista”, a professora Irene, na condição de profissional subordinada à autoridade masculina, viu-se submissa aos mandos e desmandos de Dr. Leitão. Em crítica à atitude arbitrária e à exigência imposta pelo prefeito, a voz de Seu Geraldo protestava em favor da filha: “Trabalhou, dinheiro é seu, não enxergo o desdouro, ir apanhar o que lhe pertence” (Celina, 1994, p. 160). Convém notar, nesses trechos, o confronto de duas vozes distintas: uma que buscava exercer o poder arbitrário sobre a docente, e outra que defendia os direitos que lhe cabiam.

Humilhada, Irene dirige-se à prefeitura para lutar por seus vencimentos no valor de quatrocentos cruzeiros. No trajeto, a docente – estigmatizada como uma “rameira” – sofre diversas hostilidades e, em tom de tristeza, confessa: “Aí me magoaram os risos e as galhofas das crianças na praça embaixo. Eu era uma condenada” (Celina, 1994, p. 166). Apesar da vergonha, Irene não revida aos insultos, pois, como explica Rago (1985, p. 98), a mulher aprende desde a infância a “reprimir seus sentimentos e a dizer o que não sente”. Por fim, Irene consegue ignorar as ofensas e enfrentar o arbitrário prefeito assinando a documentação para receber o valor referente aos seus meses de trabalho.

A respeito do salário recebido pela mulher no exercício do magistério primário, Louro (2002, p. 453) explica que este não passava de um valor pouco rendoso, sendo apenas o suficiente para garantir a sobrevivência. Isso ocorria porque “o sustento da família cabia ao homem; o trabalho para ele era visto não apenas como sinal de sua capacidade provedora, mas também como um sinal de sua masculinidade”. É importante frisar que, embora fossem salários baixos que não garantiam um padrão de vida elevado, ainda assim desempenhavam um papel econômico crucial para a subsistência das professoras e de suas famílias.

Cita-se, como exemplo, o trecho literário em que Irene confessa que, sem o salário mensal de docente primária, teria de retirar suas duas irmãs mais novas do colégio em Belém: “Era com o meu salário, a bem dizer, que se mantinham as duas no internato. Que futuro haverá para elas, sem um diploma? Meu pai cansado, a pressão subindo ao menor susto” (Celina, 1994, p. 147). Aqui, percebe-se como Celina reforça a ideia de que o vencimento do magistério, embora considerado irrisório, servia como renda regular e contribuía para a sobrevivência da mulher e de seus dependentes.

Resistência e busca da retomada de prestígio

Desempregada, sem prestígio e impedida de frequentar os círculos sociais da cidade, Irene viu no casamento com Enzo a solução imposta por seus pais para solucionar seu drama. Nas palavras de Dona Adélia: “Olha, teu pai e eu resolvemos, de comum acordo... sabes... dar o sim. Podes escrever para o teu... esse que amas. Que venha, tem nosso apoio. Vocês casam, e está encerrado” (Celina, 1994, p. 79). Para a mãe de Irene, o matrimônio proporcionaria à filha a reconquista da honra socialmente estabelecida; afinal, conforme Grande (1967), à “mulher honrada” cumpre sua nobre e sagrada missão por meio da dedicação ao casamento e à maternidade.

No que concerne à figura materna e à inculcação de princípios necessários ao futuro das filhas, Floresta (1989, p. 103) comenta que “uma mãe é então o quadro mais eloquente para

lhes servir de norma em sua conduta futura, o modelo que devem primeiro copiar". Todavia, contrariando os conselhos e as determinações de Dona Adélia, Irene declarou: "Eu com ele não me caso" (Celina, 1994, p. 79). Esse ato de negação demonstra o quanto a professora agia com autonomia, pautando-se por seus próprios desejos.

A protagonista de *Eram seis assinalados* enfatizava que, embora o matrimônio fosse um referencial seguro, não nutria amor por Enzo. Por esse motivo, não almejava o casamento apenas para atender a uma convenção social. Irene talvez tivesse consciência do fracasso que seria esposar sem amor somente para ser readmitida nos círculos sociais da cidade, pois, como explica Del Priore (2011, p. 45):

Os casos de casamentos contraídos por interesse, ou na infância, somados a outros em que idiossincrasias da mulher ou do marido relevam o mau estado do matrimônio, comprovam que as relações sexuais dentro do casamento eram breves, desprovidas de calor ou refinamento.

Irene afirmava que não contrairia matrimônio por obrigação social, pois, como mulher diplomada, desejava trabalhar: "Sou professora, sei Francês, posso dar aulas" (Celina, 1994, p. 155). Tal posicionamento reforça sua caracterização como mulher transgressora, uma vez que priorizava o sustento por meio da docência em detrimento do casamento, da proteção marital e do confinamento ao espaço doméstico.

Vale acentuar que, na década de 1930, os sentimentos e as emoções da mulher não eram levados em conta, visto que ela era encarada "como um 'objeto', incapaz de sentir e pensar" (Modelski; Santos, 2015, p. 189). Além disso, a noção de felicidade atrelada à relação conjugal prevalecia na mentalidade da maioria das mulheres. Partindo dessas constatações, percebemos que a docente primária, por meio de seu pensamento e de sua atitude subversiva, assume o retrato inflamado do "corpo liberado" descrito por Xavier (2007, p. 158): um corpo feminino que, na literatura, vive plenamente "a libertação de esquemas predeterminados, coercitivos e repressores".

Com o transcorrer da narrativa, um ano após o escândalo, Irene é descrita como uma mulher que caminha solitária pelas ruas da cidade, sendo a solidão "o preço que o corpo liberado deve pagar" (Xavier, 2007, p. 181). Em virtude tanto da maledicência que envolvia seu nome quanto da escassez de perspectivas profissionais na pequena cidade interiorana, a protagonista permanecia desempregada. Sobre a interdição do trabalho para a professora, Dona Adélia pondera: "Quem se atreveria a dar-lhe uma chance depois que o prefeito a demitiu? Que lhe restava em Itaiara? Medir pano por detrás de um balcão? E para isso a quereriam, ela, elemento pernicioso de quem todos fogem?" (Celina, 1994, p. 223). Tais palavras ilustram com nitidez as sequelas do juízo de valor emitido sobre a moral feminina.

Quando a família de Irene já estava sem esperanças quanto ao seu futuro, recebeu a visita de Pedro Blasco e do fiscal do consumo, dois amigos de Seu Geraldo e Dona Adélia, que intercedem em benefício da professora. Eles afirmavam que, independentemente do que se dizia sobre ela, tratava-se de uma "moça instruída, sabemos das suas capacidades e do cabedal de conhecimentos que possui" (Celina, 1994, p. 239). Diante disso, propõem que ela seja encaminhada à cidade de Belém para realizar um curso preparatório para o concurso do Tribunal de Justiça, previsto para dali a seis meses.

Diante da perspectiva de aprovação, Seu Geraldo e Dona Adélia aconselham a filha a aceitar a proposta dos amigos e partir para Belém. Assim, encerrando o arco narrativo da professora na obra, ela embarca no trem e deixa Itaiara em busca de novos aprendizados na capital, longe de seu ambiente habitual. Seu objetivo era reaver seu prestígio e conquistar oportunidades no mercado de trabalho, seguindo a via que sempre trilhou: a educação. Sob esse prisma, Margaret Rago (1985, p. 97) defende que a educação da mulher trabalhadora "aparece como um instrumento de luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado".

O término do romance não explicita se a protagonista conseguiu alcançar a libertação através dos estudos e da tão almejada aprovação no concurso. A narrativa romanesca finaliza com a descrição de dona Adélia na estação ferroviária de Itaiara, observando Irene partir no trem; suas palavras se resumiram-se a dizer:

Vai, minha filha, Deus te abençoe, e fiquei repetindo, meus olhos doidos, meu coração que nem um louco voando atrás daquele trem, o trem desaparecendo na curva, subindo me lembrei nem me despedi do meu homem, nem disse adeus àquele triste, não, ela já não me ouvia, só a mão espalmada e um pedaço de rosto, a mão imóvel, espetada no ar, era uma manchinha branca sumindo na madrugada nova (Celina, 1994, p. 248).

Dado que Celina não revela o desfecho de Irene em *Eram seis assinalados*, restam, entre as diversas interpretações possíveis, as especulações de que a professora primária tenha conquistado sua aprovação no concurso do Tribunal de Justiça, garantindo seu espaço no mercado de trabalho e, acima de tudo, sua realização pessoal.

Palavras finais

Conforme exposto, a análise da obra *Eram seis assinalados* (Celina, 1994), especialmente no que tange à trajetória da protagonista Irene, revela indícios de uma professora que transgredia as normas e as advertências em defesa da “moral e dos bons costumes” de um lugarejo do interior paraense na década de 1930. Tais resultados oferecem subsídios fundamentais para refletir sobre o peso das imposições que visavam ao rígido controle da vida privada das profissionais do magistério primário.

Dentre os diversos aspectos debatidos neste estudo, salientamos como Celina, em sua obra romanesca, desvela, através das vozes de seus diversos personagens, episódios de desvio moral de membros da Igreja Católica de Itaiara que, em muitos casos, violavam os seus votos de celibato ao se envolverem em relações extraconjugais com mulheres. Outrossim, o romance também traz à tona episódios de abusos de autoridade cometidos pelo prefeito que, inclusive, valia-se de seu poder como mandatário para controlar e distribuir cargos e salários das professoras primárias atuantes na cidade.

Ao partirmos da observação de que a personagem corresponde a “uma composição verbal, uma síntese de palavras, sugerindo certo tipo de realidade” (Antonio Candido, 2005, p. 78), consideramos que Irene retrata, de maneira eficaz, a realidade da professora primária que, nos decênios iniciais do século passado, recusou a submissão passiva para agir conforme seus desejos, princípios, e visão de mundo. Para além desta docente, a ficção de Celina revela outras figuras femininas subversivas que, embora pertinentes, serão objeto de debate em estudos oportunos, delimitando-se este trabalho à análise da protagonista.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* Campinas: Autores Associados; São Bernardo do Campo: Metodista, 2007.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo; ARAÚJO, Sônia Maria Silva. “Castigos corporais e disciplinamento na escola: um estudo a partir da literatura brasileira”. In: CASTRO, Augusto César; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). *Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste*. São Luís: Editora da UFMA; Editora da UFPB; Café e Lápis, 2011. p. 67-100.

CANDIDO, Antonio. “A personagem do romance”. In: CANDIDO, Antonio *et al.* *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 9-50.

CELINA, Lindanor. *Menina que vem de Itaiara*. 3 ed. Belém: Cejup, 1996.

CELINA, Lindanor. *Eram seis assinalados*. Belém: Cejup, 1994.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. Introdução e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez, 1989.

GRANDE, Humberto. *A educação cívica das mulheres*. Rio de Janeiro: Reper, 1967.

LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 443-509.

LUCAS, Fábio. “Traços da ficção de Lindanor Celina”. In: CELINA, Lindanor. *Eram seis assinalados*. Belém: Cejup, 1994. p. 7-10.

MODELSKI, Jaqueline; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. “O lugar de Lydia Mombelli da Fonseca na história da literatura”. In: ZINANI, Cecil Jeanine Albert.; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos (Orgs.). *A mulher na história da literatura: estudos da produção literária de escritoras da Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2015. p. 177-194.

QUEIROZ, Eça de. *O crime do Padre Amaro*. 12 ed. São Paulo: Ática, 1998. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&c_oobra=2744. Acesso em 14/12/2024.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

Laura Maria Silva Araújo Alves (lauragepheia@gmail.com; laura_alves@uol.com.br) é doutora em Psicologia da Educação por meio da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, atua como professora de Graduação e de Pós-Graduação pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Guthemberg Felipe Martins Nery (guthemberg.nery@colégio.seduc.pa.gov.br; guthembergmartins@gmail.com) é doutor em Educação por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, atua como professor de Educação Geral da Secretaria de Educação do Pará (SEDUC) e realiza Estágio Pós-Doutoral em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

ALVES, Laura Maria Silva Araújo; NERY, Guthemberg Felipe Martins. "Transgressões e Resistências da Professora Primária (1930)". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 2, e111042, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Laura Maria Silva Araújo Alves: concepção, coleta de dados e análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados do artigo em questão.

Guthemberg Felipe Martins Nery: concepção, coleta de dados e análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados do artigo em questão.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 26/02/2026

Aprovado em 02/03/2026

EDITORA RESPONSÁVEL

Lia Machado Fiuza Fialho  0000-0003-0393-9892

EDITORA CIENTÍFICA

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112